

INTRODUÇÃO

O estudo do contato linguístico é intrinsecamente multidisciplinar, pois implica o movimento de pessoas e de ideias dentro de um cenário histórico específico. Assim, o *locus* do contato linguístico está, obviamente, na mente de falantes multilíngues de todas as idades que, consciente ou inconscientemente, alteram essas línguas em vários graus a partir de modificações linguísticas estruturais quase imperceptíveis até reorganizações drásticas. Para entender ou explicar com algum grau de detalhe como as línguas são afetadas, quais escolhas esses falantes multilíngues fizeram e por que e como esses fatos podem estar correlacionados a certo desfecho observável, é preciso entender o contexto sociológico, histórico, cultural, político, econômico e até mesmo geográfico em que análises linguísticas sofisticadas (fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e ainda outras) podem ser conduzidas. Os artigos publicados neste número temático da *Revista do GEL* respondem a diferentes facetas das questões introduzidas acima, apresentando dados recentes e inovadores ligados ao contato linguístico, além de discussões centradas em uma ampla gama de perspectivas, tópicos de pesquisa e cenários históricos.

O contexto histórico do contato linguístico transatlântico, tema deste volume especial, é o fluxo de mercadorias e pessoas que cruzaram o oceano Atlântico e sendo também “derramados” nos oceanos Índico e Pacífico entre o século XV e os dias atuais. Um incontável número de navios transportou milhões de refugiados, comerciantes de todos os tipos, soldados, escravizados, colonos, administradores, missionários, pessoas de diversas profissões da Europa, África e Américas, criando cenários de contatos altamente dinâmicos e sem precedentes na história; cenários esses que envolveram povos, línguas e práticas culturais de todos os tipos. Esses fluxos influenciaram e mudaram as línguas dos três continentes, levando algumas à extinção, transformando outras, ou mesmo fazendo emergir línguas em um contexto de enorme complexidade que envolveu: genocídios, trabalho forçado, escravidão em sistemas de plantações, colonização sedentária e pirataria. A escala continental desses processos ligados a milhões de pessoas, centenas de línguas, modelos sociais, sistemas religiosos, competências técnicas, e tudo o mais que foi trazido através do oceano, representa um problema em si para o estudioso interessado na grande quantidade de dados envolvidos e nem todos eles facilmente disponíveis. Assim, uma maneira de lidar com a superabundância de detalhes tem sido evidenciar fatos linguísticos e elaborar teorias abrangentes concentradas em macroestruturas; nos dizeres do antropólogo haitiano Rolphe Trouillot, esta tem sido a maneira como as teorias linguísticas dentro da corrente da “crioulística”, desde o século XIX, vêm lidando

com resultados a partir de uma tendência de “exclusividade”: “Do ponto de vista epistemológico e metodológico, a semelhança marcante entre essas teorias [de contato] é sua exclusividade. Seus adeptos, passados e presentes, certos ou errados, tendem a ser virulentamente monocausais.” (TROUILLOT, 2006, p. 11, tradução e grifos nossos)¹.

Logo, para Trouillot (*op. cit.*), as teorias de contato (chamadas pelo autor de “crioulística”) são exclusivistas e fiéis a uma única proposta teórica; esses modelos exclusivistas insistem no fato de que todos os efeitos de contato podem ser satisfatoriamente explicados “[...] de uma mesma forma e ao mesmo tempo [...]”².

A insistência de que todos os efeitos de contato possam ser satisfatoriamente explicados através de modelos como *aquisição imperfeita*, *relexificação* ou qualquer outra teoria bastante divulgada tem proporcionado debates menos ou mais acalorados sobre quase todas as questões envolvidas. No entanto, é importante que se diga que teorias distintas têm também proporcionado estudos fascinantes e toda uma série de hipóteses testáveis. Curiosamente, Trouillot (2006, p. 12) insinua que a situação nas ciências históricas e sociais, quando se trata de contato transatlântico, é ainda mais “difícil” de ser investigada do que nas ciências linguísticas, pois, diferentemente do que acontece entre os linguistas, há uma relutância geral por parte dos pesquisadores das ciências históricas e sociais em enfrentar a história transatlântica, o efeito distorcido do viés eurocêntrico, a falta de dados confiáveis sobre micro configurações e outros imensos obstáculos no caminho dos estudiosos interessados. Essa situação melhorou nas primeiras décadas do século XXI, com a linguística assumindo uma perspectiva mais interdisciplinar, um interesse renovado nos aspectos sociais que envolvem as línguas e uma disposição, junto a outras disciplinas, ao enfrentamento do racismo e etnocentrismo profundamente incorporados nos paradigmas científicos – ver Trouillot (2006, p. 12-13).

Como pesquisadores interessados no contato linguístico transatlântico, nós precisamos de fato entender as estruturas e processos linguísticos que são resultado dos contatos populacionais transatlânticos. No entanto, também precisamos levar em consideração o contexto sociopolítico e histórico em que o contato se deu e as escolhas que moveram os falantes a usarem a língua da maneira que fizeram, atentando para as especificidades que trouxeram com eles. Especialmente quando se trata de africanos ou de seus descendentes em outras partes do espaço transatlântico, as questões de

1 No original: “From an epistemological and methodological viewpoint, the striking similarity between these theories is their exclusiveness. Their adherents, past and present, right or wrong, tend to be virulently monocausal.” (TROUILLOT, 2006, p. 11).

2 Trouillot (2006) cita Lefebvre (1986, p. 282): “In the works of Claire Lefebvre, creolists [try] to explain everything the same way at the same time.” (TROUILLOT, 2006, p. 11).

“agencidade”, de identidade, de estratégias de sobrevivência física e cultural – as formas como eles construíram conscientemente novas sociedades a partir dos destroços de suas vidas antigas – ainda são exploradas e consideradas de modo insuficiente; porém, também não sabemos muito sobre as escolhas estratégicas dos europeus ou ameríndios envolvidos nessa mesma situação. As pesquisas sobre multilinguismo ligadas a traços retóricos e pragmáticos das línguas africanas e americanas na África ou na América pré-colonial são, ao momento presente, incipientes. Sabemos ainda menos sobre como essas pessoas “navegaram” nos ambientes altamente plurilíngues da era transatlântica com base em suas concepções anteriores de língua, em seu comportamento multilíngue e em suas necessidades sociais e experiências.

A descrição e documentação de línguas africanas e ameríndias, de línguas europeias no Novo Mundo e de variedades mais fortemente reestruturadas, chamadas de línguas crioulas, têm avançado rapidamente, embora muitas lacunas ainda precisem ser preenchidas em termos de línguas não descritas, do pouco entendimento de fenômenos e de áreas de pesquisa. A investigação sobre os aspectos sociohistóricos e socioeconômicos da era transatlântica estão também ganhando fôlego e os resultados estão sendo incorporados às análises linguísticas.

Diversas pesquisas arquivísticas estão revelando cada vez mais detalhes sobre todos os aspectos da vida em macro e micro ambientes na África, Europa e Américas, permitindo-nos identificar com mais precisão quais populações com quais características linguísticas específicas entraram em contato e também sob quais circunstâncias e relações de poder; esses “detalhes” têm nos permitido correlacionar dados linguísticos e históricos de formas sofisticadas.

Uma série de contribuições dão suporte, neste número temático da *Revista do GEL*, aos esforços acima mencionados, favorecendo a nossa compreensão acerca do contato linguístico no espaço geográfico e cultural transatlântico para onde foram transplantadas línguas europeias, incluindo: o Caribe, a América do Sul e partes da África Ocidental. Tematicamente, os nove artigos que compõem esta edição apresentam e discutem dados semânticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos a partir de perspectivas diacrônicas e sincrônicas, argumentando sobre questões de relevância histórica e sociolinguística, bem como sobre questões de identidade e de dinâmica transatlântica.

Três das contribuições neste número desenvolvem aspectos inéditos de variedades transatlânticas de português faladas em São Tomé, Guiné-Bissau, Angola, Brasil e ainda do português falado em Portugal.

No primeiro artigo, *Concordância de gênero em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileiras*, Ana Livia Agostinho, Luana Lamberti e Eduardo Ferreira dos Santos apresentam um estudo comparativo da não concordância de gênero do sintagma nominal, atestado de forma semelhante em três variedades africanas da língua portuguesa: o português falado em Angola, especificamente do Município do Libolo, Província do Cuanza Sul; o português falado em São Tomé e Príncipe; e o português falado em Helvécia, na Bahia, Brasil. Aliados a vários estudos sobre a temática apresentados na literatura especializada e a partir da descrição e análise de dados coletados em trabalhos de campo, os autores concluem que os modelos de concordância de gênero não ligados à norma padrão de português compartilhados entre essas variedades podem ser explicados pelo contato com línguas africanas; corroboram ainda a ideia de que contextos sociais similares podem gerar resultados linguísticos similares.

A seguir, no artigo 2, *Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais*, Gabriela Braga, Sónia Frota e Flaviane Romani Fernandes-Svartman divulgam os resultados de um experimento piloto que lhes permite concluir, aliando características prosódicas a contextos histórico e social, que, prosodicamente, a variedade de português falada em Guiné Bissau (PGB) se distingue da variedade lisboeta de português, a norma tida como alvo na Guiné Bissau. A conclusão do estudo – que apresenta ainda uma revisão de análises prosódicas de variedades de português do Brasil, de Portugal e de Guiné Bissau (a primeira variedade africana de português a receber estudos na área de fonologia prosódica) – é singular. Para as autoras, estudos prosódicos permitem que a variedade do PGB seja considerada “uma variedade de português em formação, e não a variedade europeia sendo falada de maneira defetiva”.

No artigo 3, *O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé*, Danielle Kely Gomes e Livia Rodrigues Cordeiro fornecem uma análise sobre o uso do artigo definido, investigando-o diante de pronomes possessivos na variedade urbana de português falada em São Tomé (PST). Tomando como base o aporte teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança, as pesquisadoras concluem que, na variedade do PST estudada, a presença do artigo diante de pronomes possessivos é um fenômeno produtivo; a ausência do artigo nesse contexto é vinculada a condições de natureza sintática, ao tipo de posse e à escolaridade do falante. As autoras afirmam que, contrariando a hipótese inicialmente formulada, os dados do PST estudados “não são sensíveis à influência do crioulo Forro”.

Após os três primeiros artigos, a quarta contribuição para este número temático lança luzes sobre o cotejo da língua quimbundo e do português falados no início do século XX na região do Libolo (Angola) com essas mesmas línguas faladas nessa área nos

dias atuais. Assim, por meio de esforços de uma equipe desenvolvendo estudos lexicais e morfossintáticos e ainda esforços em filologia (edição crítica de textos) e história, no artigo 4, *Análise comentada do manuscrito “Guia de conversação portuguesa para uso dos libolos”, do padre Renato Robert*, Carlos Filipe Guimarães Figueiredo, Margarida Maria Taddoni Petter e Vanessa Martins do Monte detalham o primeiro registro inédito e completo da gramática (e também de aspectos vocabulares) do quimbundo do Libolo (ROBERT, 1923), língua falada pelos povos ambundos que se instalaram nesta região do interior angolano a partir de meados do século XVI. No estudo do manuscrito (a ser publicado), os pesquisadores apontam os principais aspectos do documento em que sobressai a sua importância como registro de um momento da história das duas línguas em contacto faladas no Libolo: o quimbundo libolo e o português.

Nos dois artigos seguintes, história e linguística estão correlacionadas em abordagens distintas sobre a língua geral de Mina, uma “língua africana gbe” falada em Minas Gerais, Brasil, no século XVIII. Esses trabalhos centram-se em um intrigante e único livro de frases escrito por um oficial colonial português da época oitocentista: *Obra nova da língua geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto (1731 e 1741).

No artigo 5, *O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico*, Ivana Stolze Lima analisa a referida obra de Peixoto (1731 e 1741) por meio da historiografia e da história linguística. A autora apresenta o leitor ao “conceito gbe”: uma abordagem para tratar povos africanos em uma extensa faixa territorial plurilíngue como “falantes gbe”. Assim, embasando seu texto em uma perspectiva transdisciplinar, Ivana Lima foca sua atenção nos falantes africanos de línguas gbe “classificados pelos portugueses como mina ou como ‘de língua geral mina’ (ou jeje, no caso baiano)”. A autora afirma que o conceito de “língua geral de Mina” (LGM), por se tratar de um construto político e cognitivo, não deve permitir que deduzamos que as práticas linguísticas na Costa da Mina correspondiam à existência de uma língua. Quanto ao trabalho de Peixoto (1731 e 1741), Lima afirma que o manuscrito não pode ser “representativo de toda a comunicação estabelecida pelos gbe falantes entre si e com os falantes de português (e quem sabe de outras línguas) nas Minas Gerais naquelas primeiras décadas do século XVIII”.

Em *A sintaxe da língua geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas gbe: problematizando hipóteses de reestruturação*, artigo 6, Wellington Santos da Silva segue em direção distinta da de Ivana Stolze Lima sobre a *Obra nova da língua geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto (1731 e 1741); esse fato permite que o leitor tenha seu conhecimento enriquecido sobre “uma língua” africana falada no Brasil. Wellington Silva – após apresentar uma resenha de trabalhos tradicionais e de dois trabalhos que argumentam sobre a reestruturação acentuada da LGM (que defendem pidginização e crioulização

da LGM) – discorda que esta língua tenha sido reestruturada no Brasil por processo de pidginização ou criouliização. O pesquisador propõe, por meio de análises embasadas na sintaxe de línguas gbe, que é possível dizer que a LGM tem muitas semelhanças com as outras línguas gbe, tanto do ponto de vista diacrônico quanto do ponto de vista das línguas gbe modernas.

No artigo 7, *Predicational encoding in Upper Guinea linguistic area* (Codificação predicacional na área linguística da Alta Guiné), Chiara Truppi centra sua análise na codificação predicacional do grupo de línguas crioulas da Alta Guiné (UGC): caboverdiano, guineense e casamancês. Essas línguas são faladas em uma região de intenso contato entre dois outros grupos de línguas: (i) línguas africanas das famílias *Atlantic* e Mande; (ii) algumas línguas não africanas – francês, português, inglês e árabe. Truppi apresenta três traços que caracterizam os sistemas copulares dos crioulos UGC: (i) divisão entre predicação nominal e locativa; (ii) predicação não verbal; (iii) predicação sem cópula. O cotejo entre os dados dos crioulos UGC com línguas que contribuíram para a sua formação e/ou para o seu desenvolvimento posterior (línguas de substrato e/ou adstrato) permite que sejam avaliadas as influências deste último grupo de línguas na emergência do sistema predicacional dos crioulos UGC.

Os dois artigos que fecham este número temático da *Revista do GEL* discutem duas questões étnico-sociais e linguísticas; são elas: (i) manutenção ou substituição da língua de um grupo minoritário relacionado a sentimento de identidade; um estudo de caso do vêneto falado em São Bento de Urânia no estado brasileiro do Espírito Santo; (ii) questões de interrelações identitárias, culturais e linguísticas que são percebidas entre a Jamaica (Caribe) e áreas africanas e vice-versa.

No artigo 8, *O sentimento de identidade e a manutenção/substituição linguística: o caso do vêneto em São Bento de Urânia, Espírito Santo*, de Katiusica Sartori Silva Cominotti e Edenize Ponso Peres, analisa-se o processo de substituição da língua falada pelos imigrantes vênéticos que se fixaram no distrito de São Bento de Urânia, em Alfredo Chaves, uma região bastante significativa para a história da imigração italiana no estado do Espírito Santo, Brasil. As autoras corroboram a ideia de que as crenças e as atitudes linguísticas são um aspecto fundamental do comportamento linguístico de um indivíduo e de grupos minoritários e que podem levá-los a manter ou a substituir a sua língua. Assim, Cominotti e Peres concluem que o sentimento de identidade dos uranienses age para que o vêneto, mesmo perdendo praticamente todos os domínios de uso para o português, ainda esteja presente na localidade. Os participantes da pesquisa se mostraram favoráveis à manutenção do vêneto em sua comunidade, o que é observado pelas atitudes positivas dos falantes em relação à língua.

Em *From Africa to Jamaica and back: the Atlantic as a dynamic linguistic contact zone* (Da África à Jamaica e vice-versa: o Atlântico como zona de contato linguístico e dinâmico), artigo 9, Andrea Hollington discute questões de interrelações linguísticas, culturais e identitárias entre a Jamaica e a África de um ponto de vista dinâmico, apontando para fluxos multidirecionais de informação que se manifestam como herança cultural e linguística africana na Jamaica, mas que são também refletidos de volta à África por meio da difusão global das práticas musicais e linguísticas jamaicanas. Assim, a autora buscou mostrar que os fluxos linguísticos transatlânticos são mais dinâmicos, conscientes e multidimensionais do que o que se observa nas abordagens sobre o contato linguístico centradas nas origens do comércio transatlântico de escravizados.

Como linguistas envolvidos com pesquisas ligadas ao contato linguístico transatlântico, esperamos que os nove trabalhos descritos acima e que compõem essa edição temática da *Revista do GEL* possibilitem reflexões dinâmicas e produtivas não apenas sobre estruturas e processos linguísticos, sempre tão importantes para o nosso conhecimento de línguas, mas também sobre o contexto sociopolítico e histórico que envolve as pessoas e suas línguas em contato.

Alexander Cobbinah³
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo⁴
Márcia Santos Duarte de Oliveira⁵
(Os organizadores)

Referências

LEFEBVRE, C. Relexification in Creole genesis revisited: The case of Haitian Creole. *In*: MUYSKEN, P.; SMITH, N. (ed.). **Substrata versus Universals in Creole genesis**. Amsterdam: John Benjamin, 1986. p. 279-300.

TROUILLOT, M.-R. Culture on the edges: Creolization in the plantation context. *In*: A.C.T.I.O.N. Foundation. **The African Diaspora and Creolization Literary Forum**. Fort Lauderdale, FL: Broward County, 2006. p. 9-22.

3 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; cobbinah@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6399-5488>

4 University of Macau (UM), Macau, China; carlosgf@um.edu.mo; <https://orcid.org/0000-0003-2416-0060>

5 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; marcia.oliveira@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-4495-9489>